

**O LUGAR DA HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**

Francislaine Soledade Carniel
Mestranda em Educação
Universidade de São Paulo FFCLRP/USP
francarniel@usp.br

CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A elaboração da Base Nacional Comum Curricular começou em 2014 e sua homologação ocorreu em dezembro de 2017, ocorrendo a inserção do Ensino Médio em 2018, entretanto, a discussão em torno da importância de criar um documento que norteie a nível nacional a fixação de conteúdos mínimos escolares surgiu, segundo a Base, na Constituição de 1988.

A nossa atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família. Desse modo, o Art. 205 e Art. 206 compreende que é importante enfatizar a igualdade de condições para permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; o direito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, se comprometendo a oferecer ensino público gratuito.

Não obstante, se tratando de currículo, no Art. 210 é possível identificar a intenção de fixar “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, CF, 1988, art. 210). Isto é, a Carta Magna principia a ideia de se fazer um documento que conduza conteúdos mínimos comuns para a educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), instituída após a Constituição, caracteriza a questão do currículo em seu texto. No Art. 9 inciso IV, busca-se enfatizar a importância de

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos

mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, Art. 9).

No Art. 26 da LDB, compreende que os currículos da

educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, Art. 26.).

Neste contexto, na década de 1990 surge Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. A DCN são definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, que ajudam escolas brasileiras na organização, desenvolvimento e na avaliação das propostas pedagógicas. O PCN é um documento elaborado pelo MEC de referência para a elaboração de currículos escolares e de aporte para a elaboração de proposta no âmbito estadual e municipal com o intuito de garantir uma educação básica de qualidade para todos os estudantes. Portanto, “configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional[...]” (BRASIL, 1997, p. 13). Nesse sentido, é importante apontar que os PCN são diferentes das DCN, pois os PCN são parâmetros curriculares mais específicos e facultativos, já as DCN são diretrizes gerais que devem ser levadas em consideração na elaboração dos documentos curriculares escolares.

Outro marco importante para a construção da BNCC foi a Conferência Nacional de Educação – CONAE com o tema ‘Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação’ realizada no ano de 2010 que debateu sobre a educação brasileira fixando diretrizes, metas e ações “para a política nacional de educação, na perspectiva da inclusão, igualdade e diversidade, o que se constitui como marco histórico para a educação brasileira na contemporaneidade” (CONAE, 2010, p. 7). Dentro das pautas elencadas, especialistas discutiram a Educação Básica e salientaram a urgência da BNCC como parte do Plano Nacional de Educação.

A partir das discussões feitas na CONAE em 2010, posteriormente aprimoradas pelo Congresso Nacional no ano 2014, foi instituída a Lei 13.005/14, o Plano Nacional de Educação – PNE que estabelece 20 metas educacionais para serem cumpridas em 10 anos.

O texto contextualiza cada uma das 20 metas nacionais com uma análise específica, mostrando suas inter-relações com a política pública mais ampla, e um quadro com sugestões para aprofundamento da temática. Além disso, traz as concepções e proposições da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) para a construção de planos de educação como políticas de Estado, recuperando deliberações desse evento que se articulam especialmente ao esforço de implementação de um novo PNE e à instituição do SNE como processos fundamentais à melhoria e organicidade da educação nacional (PNE, 2014, n. p.).

De acordo com o site do PNE, as menções sobre a BNCC podem ser encontradas na estratégia 1.9 da meta 1; a estratégia 2.1 da meta 2; a estratégia 3.2 da meta 3, e a estratégia 7.1 da meta 7.

A introdução da BNCC destaca a estratégia 7.1 da meta 7 que procura

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Após anos de discussões sobre a elaboração de uma base nacional comum dos currículos, em meados de 2015 aconteceu o I Seminário Interinstitucional para a elaboração da Base. Instituiu a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. A partir desse momento, se inicia a consulta pública para a construção da primeira versão da BNCC, contando com contribuições da sociedade civil, entidades científicas e organizações.

A Base se apresenta como

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar [...] e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017, p.7).

A primeira versão da BNCC foi finalizada no ano de 2015. Após 12 milhões de críticas e sugestões¹, em 2016 foi elaborada a segunda versão da BNCC e em junho do mesmo, houve 27 audiências com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública são realizados em todos os Estados do Brasil. Em agosto de 2016, começam a ser redigida a terceira versão e colocada para discussão em abril de 2017.

Em julho e agosto de 2017 foram realizadas 5 audiências, representando cada região do país. Essas audiências contaram com a participação de instituições convidadas e o público geral, além da disponibilidade no site² do CNE sobre as audiências públicas para enviar contribuições online.

No dia 15 dezembro de 2017, o CNE aprovou a BNCC com alterações da terceira versão para a versão final, que foi disponibilizada no site no dia 20 de dezembro e nesta mesma data a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada por Mendonça Filho. Em 2018, ocorreu a inserção do Ensino Médio, homologada no dia 14 de dezembro por Rossieli Soares.

Não podemos deixar de mencionar que o processo de criação do documento passou por diversas mudanças de governo, inclusive o impeachment da presidente Dilma Rousseff, colaborando para as mudanças de ministros da educação e da equipe de elaboração da BNCC, de tal modo que, as mudanças entre as versões do documento são notáveis e criticadas, pois não há continuidade de construção.

Isto posto, buscamos mostrar a partir da linha do tempo, que o MEC estabelece no site oficial sobre a BNCC um breve contexto de sua criação. É importante frisar, que nesse momento pontuamos marcos legislativos que o MEC estabelece, sem nos aprofundar em possíveis lacunas e problemáticas que a BNCC omite.

¹ Dados mencionados pelo MEC no documento oficial da BNCC.

² Site de audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular <http://www.cnebncc.mec.gov.br/>.

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As Ciências Humanas de forma geral “são ciências fundamentais para a construção de conceitos imprescindíveis ao exercício de uma cidadania plena” (LASTÓRIA; MELLO, 2008, n. p.). Logo, é importante que nos anos iniciais da educação básica conceitos empregados do componente curricular de História sejam trabalhados e que o ensino deve partir dos conhecimentos do discente através do seu cotidiano, vivências e sua localidade.

No Brasil, há uma maior valorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos anos iniciais da educação, situação que reflete tanto na construção e distribuição dos materiais didáticos e também na formação docente do pedagogo, desvalorizando as outras disciplinas que também são essenciais para o desenvolvimento da criança. Segundo Lastória e Fernandes (2012)

a ênfase das práticas escolares nos anos iniciais está no processo de alfabetização (ou letramento) e das operações matemáticas básicas, o ensino de Língua Portuguesa e Matemática são equivocadamente mais valorizados. As demais áreas do conhecimento escolar, dentre elas a Geografia e a História, as Ciências Naturais, as Artes e a Educação Física, acabam reduzidas ou mesmo excluídas (tanto dos processos de formação continuada de professores quanto dos próprios currículos escolares (LASTÓRIA; FERNANDES, 2012, p. 103).

Os conceitos trabalhados na História, tais como tempo, cotidiano, memória, entre outros, são necessários para a formação integral do aluno ainda nos anos iniciais. Nesse sentido, é essencial que a História, por exemplo, estabeleça uma reflexão crítica, a fim de que os indivíduos se reconheçam como agentes históricos. É importante que a História seja entendida como o resultado da ação de diferentes classes da sociedade.

[...] o estudo da História desde os primeiros anos de escolaridade é fundamental para que o indivíduo possa conhecer-se, conhecer os grupos, perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento dos modos de leitura e escrita do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (FONSECA, 2009, p. 252).

Pensando especificamente nos anos iniciais, é possível e necessário alfabetizar ensinando História, tendo em vista que os componentes possibilitam o desenvolvimento das linguagens escrita e oral. Segundo Fonseca (2010)

Esse “privilégio” da alfabetização não quer dizer que não se deva ensinar História, Geografia e Ciências, mas que, além da própria alfabetização nessas áreas, o trabalho nelas desenvolvidos pode também, ao mesmo tempo em que se volta para o ensino de História, ser uma atividade fundamental no processo de desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Exemplo: podemos realizar uma aula de leitura e interpretação de texto partindo de um texto histórico, assim como trabalhar com a produção de textos a partir de um tema da história. A leitura propicia a aprendizagem em História, é inerente à atividade de construção de saberes históricos [...] é possível, sim, alfabetizar as crianças, ensinando e aprendendo História. Aprender história é ler e compreender o mundo em que vivemos (FONSECA, 2010, p. 5-6).

Além disso, por meio da História, os estudantes dos anos iniciais podem encontrar uma forma interessante de conhecer o mundo, de entender-se como cidadãos e de serem atuantes na construção do espaço em que vive.

Desta maneira, o ensino de História nos anos iniciais da educação básica possibilita ao aluno ferramentas para a leitura do mundo ao seu redor, para se sentirem inseridos em seu lugar, compreenderem os problemas em sua volta. Logo, é importante que a disciplina não se limite a ensinar datas cívicas ou exaltar heróis nacionais. Assim, “a vida cotidiana de anônimos transeuntes em um local que lê o mundo a sua maneira, deve ser a finalidade das práticas pedagógicas contemporâneas” (LASTÓRIA; MELLO, 2008, n. p.).

ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O ‘LUGAR’ DA HISTÓRIA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir da nossa exposição, entendemos que a História Escolar é essencial, pois estabelece uma reflexão crítica, a fim de que os indivíduos se reconheçam como agentes históricos. Nesse sentido, a História desde os anos iniciais é relevante para que o aluno possa “conhecer-se, conhecer os grupos, perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços” (FONSECA, 2009, p. 252).

Ao falar sobre a História, a BNCC entende que:

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões. O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação (BRASIL, 2017, p. 395-396).

Para contemplar seus objetivos em História, a Base entende ser necessário utilizar diferentes fontes e tipos de documentos, tais como escritos, iconográficos, materiais e imateriais para facilitar a compreensão da relação tempo e espaço. Para a BNCC “o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história” (BRASIL, 2017, p. 396). O documento menciona que a utilização dos objetos materiais estimula a produção de conhecimento histórico na escola, pois auxilia o professor e os alunos colocar em questão o significado das coisas do mundo. Para a Base, essa prática professor e aluno pode “desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma ‘atitude historiadora’” (BRASIL, 2017, p. 396).

A BNCC considera os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise essenciais para estimular o pensamento. O documento pontua que identificação faz se importante a partir das questões ou objetos a ser estudado. Nesse sentido, perguntas como: “Como é produzido?” “Para que serve?” “Seu significado se alterou no tempo e no espaço”, auxiliam o processo de identificação.

Segundo a Base a comparação permite indagações sobre, por exemplo, funcionamento de diferentes sociedades, compreendendo semelhanças e diferenças entre elas.

A contextualização é, para o documento, imprescindível para o conhecimento histórico. Os discentes devem ser motivados aprender a contextualizar para saber identificar as circunstâncias em que determinado acontecimento ocorreu no intuito de compreender sentidos e significados condizentes com a época estudada.

Distinguir contextos e localizar processos, sem deixar de lado o que é particular em uma dada circunstância, é uma habilidade necessária e enriquecedora. Ela estimula a percepção de que povos e sociedades, em tempos e espaços diferentes, não são tributários dos mesmos valores e princípios da atualidade (BRASIL, 2017, p. 397).

O processo de interpretação é essencial para a formação de um pensamento crítico. Exige do aluno observação e conhecimento da estrutura do objeto suas relações no tempo e espaço. Para a Base:

O exercício da interpretação também permite compreender o significado histórico de uma cronologia e realizar o exercício da composição de outras ordens cronológicas. Essa prática explicita a dialética da inclusão e da exclusão e dá visibilidade ao seguinte questionamento: “O que torna um determinado evento um marco histórico?” Entre os debates que merecem ser enunciados, destacam-se as dicotomias entre Ocidente e Oriente e os modelos baseados na sequência temporal de surgimento, auge e declínio. Ambos pretendem dar conta de explicações para questões históricas complexas. De um lado, a longa existência de tensões (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) entre sociedades ocidentais e orientais; de outro, a busca pela compreensão dos modos de organização das várias sociedades que se sucederam ao longo da história. (BRASIL, 2017, p. 398).

No que se refere a análise, a BNCC entende que é uma habilidade complexa, pois implica problematizar a escrita da História, “apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa” (BRASIL, 2017, p. 398).

Segundo Hannah Arendt, trata-se de um saber lidar com o mundo, fruto de um processo iniciado ao nascer e que só se completa com a morte. Nesse sentido, ele é impossível de ser concluído e incapaz de produzir resultados finais, exigindo do sujeito uma compreensão estética e, principalmente, ética do objeto em questão (BRASIL, 2017, p. 398).

Apontados os processos importantes para a compreensão da História, o documento menciona que um dos objetivos primordiais da História é estimular a autonomia do pensamento e compreender que os indivíduos da sociedade agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem. Assim, segundo a BNCC, “a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania” (BRASIL, 2017, p. 398).

De acordo com Fonseca (2018)

O texto do documento seleciona e indica os processos considerados imperativos na formação dos estudantes: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto. Reforça que tais processos estimulam o pensamento. No entanto, o texto é discreto em relação à estimular a problematização. Lembramos Karnal (2004) ao defender que ensinar a construir conceitos e situações problema contribuem no processo de interpretação, na construção de argumentos que permitam explicar a si próprios e aos outros, de maneira convincente, potencializa a apreensão da situação histórica e desenvolve uma percepção mais abrangente da condição humana nas mais diferentes culturas e diante dos mais variados problemas (FONSECA, 2018, p. 1020)

Para a Base é importante reconhecer a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as linguagens da qual o ser humano se apropria da sociedade.

Segundo o documento,

Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades (BRASIL, 2017, p. 399).

Desse modo, a BNCC compreende que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, de indagar o passado e o presente, de construir explicações, descobrir significado, compor e decompor interpretações, ao longo do tempo e do espaço, podendo assim, utilizar da História uma ferramenta a serviço de “um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive” (BRASIL, 2017, p. 399).

No que se refere aos anos iniciais, a Base entende que a História deve contemplar a construção do sujeito, a partir do momento em que a criança toma consciência da existência de um Eu e um Outro. Para o documento, o processo de constituição do sujeito é longo e complexo, pois os alunos dos anos iniciais desenvolvem as percepções de si e do outro por meio das vivências cotidianas, reconhecendo o seu lugar na sociedade e que cada um apreende o mundo de forma única.

A percepção da distância entre objeto e pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negocia (BRASIL, 2017, p. 401).

Desse modo, aprender a identificar diferentes linguagens é essencial para o desenvolvimento da cognição, comunicação e socialização, competências que a Base considera necessárias.

Na sequência, a Base retoma o objetivo principal da História: o reconhecimento do “Eu” do “Outro” e do “Nós”. O documento compreende que

Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida (BRASIL, 2017, p. 402).

No documento, é priorizado a História a partir do 3º ano do ensino fundamental, onde é explicitado que no 3º e 4º ano abrange a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, diferenciando a vida privada e a vida pública, a rural e a urbana, além de analisar processos de escala temporal, como o estudo dos primeiros grupos humanos.

No 5º ano, a BNCC procura enfatizar as diversidades entre os povos e culturas e suas formas de organização. Nesse momento, a Base compreende que “a noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos” (BRASIL, 2017, p. 402).

A partir do 1º ano do Ensino Fundamental, as Unidades Temáticas, Objetivos de conhecimento e Habilidades são organizadas para que, segundo a BNCC, norteie a criação dos currículos escolares.

As Unidades Temáticas são: “Mundo pessoal: meu lugar no mundo”; “Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo”; “A comunidade e seus registros”; “As formas de registrar as experiências da comunidade”; “O trabalho e a sustentabilidade na comunidade”; “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”; “O lugar

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

em que vive”; “A noção de espaço público e privado”; “Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos”; “Circulação de pessoas, produtos e culturas”; “As questões históricas relativas às migrações”; “Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social” e “Registros da história: linguagens e culturas”.

Nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, as habilidades propostas carregam os seguintes objetivos educativos:

Quadro 1– Verbo(s) que explicita(m) o(s) processo(s) cognitivo(s) envolvido(s) na habilidade da Base Nacional Comum Curricular – 2017.

Verbo(s) que explicita(m) o(s) processo(s) cognitivo(s) envolvido(s) na habilidade.	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Descrever	1	2			
Identificar	5	6	9	7	4
Conhecer	1				
Reconhecer	1	1		1	
Selecionar		3	1		
Compilar		1			
Mapear			1		
Comparar			1		2
Relacionar				1	
Analisar				2	1
Associar					2
Inventariar					1

Os verbos encontrados nas habilidades de possuem características próximas de uma História que prioriza a memorização de fatos e datas.

Buscamos destacar o(s) verbo(s) que explicita(m) o(s) processo(s) cognitivo(s) envolvido(s) na habilidade para compreender o que a Base propõe, quais habilidades são importantes, afim de percebermos que os verbos utilizados na área das Ciências Humanas de forma geral são engessadas para os anos iniciais. Verbos como descrever, identificar, reconhecer, que aparecem diversas vezes, contemplando a facilidade de decorar informações e conteúdos como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos (FERRAZ; BELHOT, 2010). O verbo criar, que estimula a criatividade na infância, essencial para aprendizagem, não aparece nenhuma vez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos a Base a partir da análise documental seguindo os preceitos da pesquisa qualitativa, o documento a partir do seu texto oficial e não sob a ótica da prática escolar. Neste sentido, buscamos aqui descrever o contexto histórico da constituição da Base Nacional Comum Curricular, discutir a importância da História nos anos iniciais e analisar o lugar da História Escolar no documento mencionado.

Devemos deixar claro, que a BNCC se constituiu em um momento de fragilidade democrática, passando por recortes e remodelações de diversas equipes de atuação e foi aprovada sem dialogar com os profissionais da educação que, nos poucos momentos de debate, deixaram evidente sua oposição ao documento apresentado.

De modo geral, compreendemos que História é assegurada na Base nos anos iniciais do Ensino Básico. Seu texto introdutório deixa claro aspectos relevantes para a concepção de História que entendemos ser o ideal, entretanto, a organização por objetos de conhecimento e habilidades deixa claro a contemplação de uma História factual e tradicional. Entendemos que “a história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva” (FONSECA, 2005, p, 89). Ou seja, a BNCC que temos é mais do mesmo, “trata-se de um documento conversador, emitido por um governo conservador, golpista, ditatorial” (SILVA, 2018, p. 1012).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. e DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Recife: ANPAE, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BITTENCOURT (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Editora contexto, 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, M. A. Q.; BRAGA, J. L. M. O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista On-line Unileste (MG)**, v. 1, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9131.htm> Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF., Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília, 1998. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. **PARECER CEB 04/98**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0498.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF., Diário Oficial da União. 26 jun. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Documento final**. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf> Acesso em: 10 dez. 2017.

DA SILVA JUNIOR, A. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino em Re-Vista**, v. 25, n. 4, p. 1016-1035.

DE OLIVEIRA HOLANDA, F. H; FRERES, H; GONÇALVES, L. P. **A pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas**. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3107/A_Pedagogia_das_competencias_e_a_formacao_de_professores_-_breve_consideracoes_criticas.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2018.

FERRAZ, A. P. C. M. BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gest. Prod.** 2010, vol.17, n.2, pp.421-431.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 2012.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papyrus, 2008.

FONSECA, S. G. É possível alfabetizar sem “História”? Ou... Como ensinar História Alfabetizando? In: Fonseca, S. G. (org). **Ensino Fundamental: conteúdos, metodologias e práticas**. Campinas: Alínea, 2009, p. 241 - 266.

FREITAS, L. C. de. **MEC: um estranho conceito de “currículo”**. Avaliação educacional. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/15/mec-um-estranho-conceito-de-curriculo/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

LASTÓRIA, A. C. A Didática da Geografia e da História e a Formação de Professores. In: ASSOLINI, F. E. P.; LASTÓRIA, A. C. (orgs). **Formação Continuada de Professores: Processos Formativos e Investigativos**. Ribeirão Preto: Compacta, 2010, p.135-140.

LASTÓRIA, A. C.; MELLO, R. C. Cotidiano e Lugar: Categorias teóricas de história e da geografia escolar. **Universitas**, Fernandópolis, v. 4, n.1, 2008.

LASTÓRIA, A. C.; FERNANDES, S. A. A Geografia e a Linguagem Cartográfica: de nada adianta saber ler um mapa se não sabe aonde quer chegar. In: **Ensino em Re-Vista**, v. 19, n. 2, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRE, M, E. D. A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

AGUIAR, M. A. da S. e DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **O Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PINSKY, J. **O ensino de história e a criação do fato**. Editora Contexto, 1992.

SÁ-SILVA, J; R.; ALMEIDA, C. D.; GUNDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I - Número I - julho de 2009.

SILVA, M. Tudo que você consegue ser”–triste bncc/história (A versão final.**Ensino em Re-Vista**, v. 25, n. 4, 2018 p. 1004-1015.

SILVA, M. A. da; FONSECA, G. S. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010.

SILVA, M. R.; ABREU, C. B. M. Reformas pra quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 26, n. 2, jul./dez., 2008. p. 523-550.